

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE PEDAGOGIA

ALINE UGGIONI FENALI

**ARTICULAÇÕES ENTRE A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A CONSTITUIÇÃO
DA CIDADANIA**

CRICIÚMA, JUNHO DE 2011

ALINE UGGIONI FENALI

**ARTICULAÇÕES ENTRE A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A CONSTITUIÇÃO
DA CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciada no curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Everson Ney Hüttner Castro

CRICIÚMA, JUNHO DE 2011

ALINE UGGIONI FENALI

**ARTICULAÇÕES ENTRE A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A CONSTITUIÇÃO
DA CIDADANIA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciada, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação, Cultura e Ambiente.

Criciúma, 04 de julho de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Everson Ney Hüttner Castro - Especialista - (UNESC) - Orientador

Maria Aparecida da Silva Melo - Mestre - (UNESC)

Lucy Cristina Ostetto - Mestre - (UNESC)

Dedico este trabalho a minha mãe e a meu irmão, Izabel e Juliano, ao meu namorado Paulo Marcos, a minha amiga de longa data Andressa, e as novas conquistadas neste curso, Ana Carla e Vanessa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar força para alcançar mais esta etapa de minha vida, bem como pela graça da saúde e da fé, fundamentais para nos mantermos fortes.

A minha mãe e a meu irmão, pelo apoio oferecido e, por mais uma vez, acreditarem e lutarem conjuntamente por meus sonhos.

Ao meu namorado, pelo amor, dedicação, zelo e paciência demonstrados especialmente neste período, por saber me ouvir e me guiar.

Aos meus colegas de trabalho, que estiveram presentes em toda a minha graduação, me auxiliando na execução de estágios e demais atividades realizadas.

Aos professores que passaram por mim ao longo deste curso de graduação, pelos conhecimentos socializados com sabedoria e paciência, evidenciando o anseio por uma educação de qualidade.

Ao meu professor orientador, que pacientemente me norteou durante esta jornada, incitando-me a observar além do evidente e tornando-me mais consciente de minha participação na sociedade.

Agradeço a todos que fizeram parte deste caminho!

“Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente, diz sim a vida.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar se os professores municipais de séries iniciais do ensino fundamental de Nova Veneza consideram que a escola tem preparado o educando para o exercício da cidadania. Para isso, teve-se como objetivos específicos: verificar que funções sociais a literatura aponta para a escola de acordo com as diferentes concepções pedagógicas; compreender como a literatura conceitua cidadão; identificar se há diferença entre preparo para o exercício da cidadania e formação cidadã; perceber que relação pode haver entre o papel social desempenhado pela escola e a formação cidadã; verificar se a formação cidadã surge na legislação nacional e municipal atuais; verificar qual a função da escola especificada no PPP; examinar se o PPP, enquanto documento ligado diretamente ao contexto escolar, tem se referido explicitamente a formação cidadã; analisar se o discurso dos professores revela o preparo para o exercício da cidadania ou a formação cidadã; verificar que relação pode-se apontar entre o entendimento de cidadania expresso no discurso dos professores, o PPP e a legislação; apontar sugestões para que a escola e os professores operacionalizem, no contexto escolar, uma prática que favoreça o desenvolvimento da formação cidadã. A pesquisa ocorreu em uma escola da rede municipal do município de Nova Veneza, envolvendo-se quatro docentes que lecionam nas séries/anos iniciais do ensino fundamental. O estudo caracterizou-se como sendo do tipo qualitativo-descritivo. Utilizou-se para coleta de dados a aplicação de questionário de investigação, além de análise do projeto pedagógico da instituição. As docentes demonstraram, no desvelar da pesquisa, possuírem posicionamento tradicional quanto ao tema cidadania, não reconhecendo a participação da escola na formação cidadã, dando apenas indicativos de superação deste conceito. Porém, práticas para a construção de uma escola cidadã podem ser adotadas, contribuindo para, conjuntamente com demais áreas do entorno social, possibilitar a constituição cidadã dos educandos, partindo-se do ponto de que este é um processo, construído histórico e socialmente.

Palavras-chave: Função social da escola. Cidadania. Projeto Político-pedagógico.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrativo das expectativas da escola na visão das professoras.....	43
Tabela 2 – O papel da escola na sociedade	44
Tabela 3 – Posicionamento enquanto cidadãs brasileiras	45
Tabela 4 – Como deve agir um cidadão na sociedade	46
Tabela 5 – O ser cidadão	47
Tabela 6 – Escola e cidadania: abordagem com os alunos	48
Tabela 7 – O trabalho pedagógico e a abordagem da cidadania em sala de aula....	48
Tabela 8 – A escola e o preparo do educando para o exercício da cidadania	49
Tabela 9 – O PPP e sua relação com a cidadania	50
Tabela 10 – Sugestões para efetivar a formação cidadã	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	13
2.1 Tendências pedagógicas e sua influência na função social da escola.....	14
2.2 E hoje, o que se espera da escola?	16
3 CIDADANIA	21
3.1 Construção histórica do conceito de cidadania.....	21
3.2 O que é ser cidadão?	25
3.3 Cidadania e educação: (des)construindo relações.....	27
4 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	29
4.1 Construindo a escola cidadã.....	32
5 METODOLOGIA	36
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	39
6.1 Análise documental	39
6.2 Análise de questionários	43
7 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE.....	59

1 INTRODUÇÃO

A escola formal, enquanto instituição presente na maioria das sociedades, atua diretamente na formação e/ou transmissão de cultura, valores e conhecimentos, dependendo do momento histórico e social em que se situa, influenciando na constituição dos sujeitos.

Para que isso ocorra, efetivamente, professores, diretores e demais envolvidos nos trabalhos escolares precisam ter claro a finalidade geral da instituição escola, diferenciando o que nela é primordial e o que se torna, assim, secundário. De forma geral, é preciso que a comunidade escolar tenha conhecimento e clareza da função social da escola e da sua importante participação para que ela ocorra, realmente, na prática, para a formação do cidadão.

Esse tema é, então, indispensável na formação de professores, uma vez que eles é que atuam diretamente com discentes advindos de culturas diversas e condições sociais variadas. Não se pretende, de forma alguma, colocar a responsabilidade da execução do papel de uma escola exclusivamente na mão dos professores. Destaca-se, apenas, a importante contribuição dos docentes para efetivar uma escola comprometida com uma função social que se aproxime da realidade e das necessidades da classe trabalhadora.

Levando em conta a importância das discussões realizadas para a constituição do *Ser professor*, resolveu-se, inicialmente, abordar na pesquisa de TCC a função social da escola.

O interesse por este tema surgiu na 3ª fase do curso de Pedagogia, na qual deveria ser produzido um artigo que enfocasse algum tema ligado, de maneira abrangente, à educação. Na busca por um assunto motivador, conversou-se com uma professora de Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, que revelou o fato da escola não estar cumprindo com seu papel atualmente, pois a família deixaria toda a responsabilidade de educar as crianças para a escola. A partir disso, sentiu-se instigação de revelar, teoricamente, quais são as verdadeiras funções sociais da escola, contrastando com a função exercida pela família.

Desde aquele momento, definiu-se que a pesquisa de conclusão de curso abordaria o referido assunto, enquadrando-se, conforme Saviani (1997), em linhas de pesquisas teóricas sobre educação e não em problemas ligados diretamente a prática pedagógica.

Consultando o banco de dados de TCC's do curso de Pedagogia, no segundo semestre do ano de 2010, constatou-se que já existiam três TCC's que abordavam a relação escola e família no espaço escolar. São eles: "Família e escola: uma ação compartilhada no processo da aprendizagem", de Mônica Inocência Keller, em 2004; "Processo ensino-aprendizagem: uma tarefa da escola e da família", de Fátima Grasiela dos Santos Buss, em 2004; "Os papéis sociais da família e da escola e sua influência na aprendizagem", de Ângela Carradore Coral, em 2006. Era necessário, deste modo, buscar novos temas e olhares diferenciados sobre a escola. Iniciou-se, então, a leitura de textos e artigos para fomentar a pesquisa que se principiava.

Um dos materiais procurados foi o "Jornal mundo jovem: um jornal de ideias", caderno da PUC – Rio Grande do Sul. Em seu volume de julho de 2010, um artigo de Cândido Grzybowski intitulado "Estatal x privado: construir uma cidadania ativa" evidenciava a necessidade de se lutar por uma cidadania para todos e para todas, que beneficiasse cada vez mais a população menos favorecida. E, em plena conjuntura eleitoral (que se formara então, devido às eleições presidenciais que ocorreriam em outubro de 2010), pensar em um Estado e uma educação geridos, não pelas mãos dos interesses privados, mas sim pelos princípios democráticos que, afinal, nos regem, seria importante e necessário.

Percebeu-se, ali, que há uma estreita relação entre educação e cidadania, uma vez que, para que se tenha um olhar abrangente sobre a nossa sociedade e as relações que a norteiam, é necessário que a escola também possibilite uma educação voltada para a construção da cidadania dos seus envolvidos.

Então, com o intuito de renovar os trabalhos, abordando diferentes focos de pesquisa, optou-se pelo seguinte problema de pesquisa: os professores municipais de séries iniciais do ensino fundamental de Nova Veneza consideram que a escola tem preparado o educando para o exercício da cidadania?

O assunto inicial, que era a função social da escola, passando-se pelas concepções pedagógicas, foi especificado de forma a revelar a formação cidadã, tão importante e discutida atualmente e, secundariamente, o PPP, que define em âmbito escolar as funções desta instituição.

O termo cidadania, tão instigante e facilmente referenciado em falas cotidianas (ao menos uma breve noção/conceito), estava ainda mais presente naquele momento, pois, em ano de eleições presidenciais (que acontecia durante a

formulação do projeto de pesquisa, em 2010), a palavra cidadania estava no discurso da maioria dos candidatos, sendo, muitas vezes, apresentada de forma confusa e sem significado claro.

Já o PPP, por sua vez, também tem sido bastante discutido no ambiente escolar no sentido de que deve delimitar os objetivos sociais almejados pela escola. Ele precisa levar em conta a realidade em que a escola está inserida, definindo suas principais metas no intuito de uma formação cidadã. Não se constitui, de forma alguma, em um documento estanque. Pelo contrário, deverá estar em constante transformação. Portanto, o pretendido trabalho de pesquisa engloba importantes assuntos relacionados à educação, pretendendo-se aumentar e complementar debates atuais: a função social da escola, a cidadania e o Projeto Político-pedagógico.

Este trabalho ocorreu dentro da linha de pesquisa “Educação, cultura e ambiente”, com o eixo temático “Gestão, organização, estrutura e currículo do ensino”.

Como objetivo geral de trabalho definiu-se analisar se os professores municipais de séries iniciais do ensino fundamental de Nova Veneza consideram que a escola tem preparado o educando para o exercício da cidadania.

O desenvolvimento desta pesquisa se orienta pelos seguintes objetivos específicos:

- Verificar que funções sociais a literatura aponta para a escola de acordo com as diferentes concepções pedagógicas.
- Compreender como a literatura conceitua cidadão.
- Identificar se há diferença entre preparo para o exercício da cidadania e formação cidadã.
- Perceber que relação pode haver entre o papel social desempenhado pela escola e a formação cidadã.
- Verificar se a formação cidadã surge na legislação nacional e municipal atuais.
- Verificar qual a função da escola especificada no PPP.
- Examinar se o PPP, enquanto documento ligado diretamente ao contexto escolar, tem se referido explicitamente a formação cidadã.
- Analisar se o discurso dos professores revela o preparo para o exercício da cidadania ou a formação cidadã.

- Verificar que relação pode-se apontar entre o entendimento de cidadania expresso no discurso dos professores, o PPP e a legislação.
- Apontar sugestões para que a escola e os professores operacionalizem, no contexto escolar, uma prática que favoreça o desenvolvimento da formação cidadã.

Como questões norteadoras a serem desveladas neste trabalho, estão:

- Que funções sociais a literatura aponta para a escola de acordo com as diferentes concepções pedagógicas?
- Como a literatura conceitua cidadão?
- Existe diferença entre preparo para o exercício da cidadania e formação cidadã?
- Que relação pode haver entre o papel social desempenhado pela escola e a formação cidadã?
- A formação cidadã surge na legislação nacional e municipal atuais?
- Qual a função da escola especificada no PPP?
- O PPP, enquanto documento ligado diretamente ao contexto escolar, tem se referido explicitamente a formação cidadã?
- O discurso dos professores revela o preparo para o exercício da cidadania ou a formação cidadã?
- Que relação pode-se apontar entre o entendimento de cidadania expresso no discurso dos professores, o PPP e a legislação?
- Que sugestões pode-se apontar para que a escola e os professores operacionalizem no contexto escolar uma prática que favoreça o desenvolvimento da formação cidadã?

Partindo de tais objetivos e questões norteadoras, o presente trabalho de pesquisa, organizado por capítulos, tem seu referencial teórico constituído por três importantes assuntos: função social da escola; cidadania e Projeto Político-pedagógico. Após o referencial teórico, será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, a análise dos dados encontrados na investigação e, finalmente, apresentam-se as conclusões obtidas ao término do trabalho.

2 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Na sociedade atual compreender a importância de uma educação de qualidade é um quesito indispensável para a inserção no mundo letrado, caracterizado por leitura e compreensão do mundo e das relações sociais.

Partindo desse princípio, que evidencia e destaca a relevância social da educação, é preciso que se compreenda a escola, que é, segundo Saviani (1997), atualmente, a estrutura que centraliza e engloba a educação, não sendo possível separar educação de escola.

Entretanto, esta situação nem sempre foi assim. Analisando-se a origem da palavra escola pode-se perceber que ela nem sempre desempenhou papel fundamental na sociedade, nem monopolizou as relações de ensino.

De acordo com Saviani (1997), nos primórdios, o homem se educava a medida que trabalhava, agia e existia, modificando a natureza em ações coletivas. A partir do momento em que passou a existir a apropriação de terra, passou a existir, também, os proprietários de terras, que despendiam de grande tempo ocioso.

Como decorrência daquela situação surge a palavra escola. Conforme Saviani (1997), escola possui significado grego ligado ao lugar do ócio. Ou seja, aqueles que não precisavam trabalhar dedicavam-se ao lazer, representado, então, pela palavra escola.

Aos poucos, com o passar do tempo, a escola foi assumindo diferentes significados. No Renascimento, marcadamente, a burguesia atribuiu a esta instituição grande importância. Nesta fase:

Educar tornava-se questão de moda e uma exigência conforme a nova concepção de ser humano. [...] Enquanto os mais ricos ou da alta nobreza continuavam a ser educados por preceptores em seus próprios castelos, a pequena nobreza e a burguesia também queriam educar seus filhos e os encaminhavam para a escola, na esperança de melhor prepará-los para a liderança e a administração da política e dos negócios. (ARANHA, 2006, p. 125).

Com esse breve apanhado histórico percebe-se que as relações entre o momento histórico-social vivenciado e as atribuições dadas à escola são interdependentes. Como lembra Saviani (1997, p. 119-120): “A escola é, pois, compreendida a partir do desenvolvimento histórico da sociedade”. E assim também acontece no Brasil.

2.1 Tendências pedagógicas e sua influência na função social da escola

A educação no Brasil, sofrendo igualmente influências históricas e sociais, assume diferentes funções dependendo do tipo de homem que se pretende formar e dependendo, também, da classe a que irá servir.

Para que melhor se compreenda esses conflitos, utilizar-se-á os termos mencionados por Libâneo (1999) para que se compreendam os diferentes papéis que a instituição escola assume, relacionando, também, com termos respectivos de Saviani (1997) e Mizukami (1986). Libâneo (1999) caracteriza as funções da escola como sendo pertencentes a dois grupos: liberal e progressista. Pode-se afirmar que, de acordo com a tendência liberal, a escola deve apenas perpetuar os valores sociais já postos, não podendo interferir para transformá-los. Isto significa que as tendências liberais “[...] são reprodutivistas, no sentido em que chegam invariavelmente à conclusão de que a educação tem a função de reproduzir as relações sociais vigentes.” (SAVIANI, 1997, p. 105).

Para adaptar os alunos a esta sociedade, a escola deverá contribuir para moldar o sujeito aos valores existentes. De acordo com Libâneo (1999, p. 21):

A pedagogia liberal sustenta a idéia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual.

As tendências liberais em nada contribuem para a superação das desigualdades de classes, servindo aos interesses dominantes. Manifestaram-se (e ainda manifestam-se) na prática pela tendência liberal tradicional, tendência liberal renovada progressivista, tendência liberal renovada não-diretiva e tendência liberal tecnicista.

A tendência liberal tradicional, ou pedagogia tradicional, conceito utilizado por Saviani (1997), ou abordagem tradicional, conceito utilizado por Mizukami (1986), manifesta-se fortemente até hoje no ambiente escolar. Os métodos de ensino mantém relações verticais, com informações sendo repassadas do mestre para o aluno passivamente. “Em termos gerais, é um ensino caracterizado por se preocupar mais com a variedade e quantidade de noções/conceitos/informações que com a formação do pensamento reflexivo.” (MIZUKAMI, 1986, p. 14).

A tendência liberal renovada progressivista, ou pedagogia nova, assim definida por Saviani (1997), ou abordagem cognitivista, delimitada desta forma por Mizukami (1986), possui enfoque diferenciado da tradicional, saindo do centro do processo o professor e assumindo o lugar a figura do aluno. A ideia mais presente, aprender a aprender, valoriza mais as descobertas do que os conteúdos em si. A escola, então, tem por finalidade “[...] adequar as necessidades individuais ao meio social [...]” (LIBÂNEO, 1999, p. 25).

A tendência liberal renovada não-diretiva, ou abordagem humanista, conceito este empregado para definição por Mizukami (1986), tem o ensino centrado no aluno, visando, segundo a mesma autora, o desenvolvimento tanto intelectual quanto emocional dos sujeitos, porém o primeiro em decorrência do segundo.

A tendência liberal tecnicista, ou pedagogia tecnicista nas palavras de Saviani (1997), ou abordagem comportamentalista nas palavras de Mizukami (1986), centra-se no uso de técnicas e instrumentos durante a transmissão do conhecimento ao aluno, visando, segundo Libâneo (1999), modelar o comportamento humano.

Então, apesar das teorias acima citadas favorecerem a desigualdade social e o fortalecimento das camadas da elite, infelizmente ainda são praticadas, dificultando a superação da exclusão social.

A tendência progressista, diferentemente, preocupa-se, basicamente, com a superação dos sistemas postos pela sociedade e, conseqüentemente, pelo capitalismo, visando mudança de paradigmas. Isto porque “[...] a Educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para sua própria transformação.” (SAVIANI, 1997, p. 108).

Nessa proposta, apenas ensinar um conceito, dispensando-o de seu contexto de origem, já não é mais o foco da escola, não satisfazendo as necessidades atuais da sociedade trabalhadora. Pode-se afirmar que:

O homem chegará a ser sujeito através da reflexão sobre seu ambiente concreto: quanto mais ele reflete sobre a realidade, sobre a sua própria situação concreta, mais se torna progressiva e gradualmente consciente, comprometido a intervir na realidade para mudá-la. (MIZUKAMI, 1986, p. 86).

Manifesta-se na prática pela tendência progressista libertadora, tendência progressista libertária e tendência progressista crítico-social dos conteúdos.

A tendência progressista libertadora tem seus princípios pautados em

Paulo Freire. De acordo com seus ensinamentos, todo o tema gerador seria retirado do próprio entorno social dos alunos, visando compreender para transformar. Conforme Libâneo (1999, p. 34): “No diálogo, como método básico, a relação é horizontal, onde educador e educandos se posicionam como sujeitos do ato de conhecimento.”

A tendência progressista libertária tem seus fundamentos pautados na auto-gestão. Segundo Libâneo (1999, p. 36): “Há, portanto, um sentido expressamente político, à medida que se afirma o indivíduo como produto do social e que o desenvolvimento individual somente se realiza no coletivo.”

A tendência progressista crítico-social dos conteúdos, ou pedagogia histórico-crítica, assim definida por Saviani (1997), visa garantir aos alunos conhecimentos essenciais para a transformação da sociedade, sendo este modelo o mais discutido e aceito entre educadores, embora, por vezes não praticado. Define-se que “[...] a atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.” (LIBÂNEO, 1999, p. 39).

Enfim, as tendências progressistas pautam-se na transformação das relações desiguais impostas na sociedade de hoje em benefício das camadas desfavorecidas historicamente.

2.2 E hoje, o que se espera da escola?

A escola envolve uma trajetória de muitas responsabilidades, pois, é indicada pela maior parte da sociedade como responsável pela solução de grandes problemas, conflitos e injustiças presentes. Ou seja, a população deposita na escola esperanças pela transformação.

Porém, é necessário que a escola tenha claro quais são as suas finalidades e o que a ela compete, ou seja, qual a sua função social, para que não corra o risco de estender seu campo de ação sem, ao menos, desempenhar seus objetivos básicos postos na legislação.

Verificando-se a legislação vigente, percebe-se que a escola brasileira tem alguns princípios básicos a serem seguidos, tendo que enquadrar seus objetivos nos princípios e fins da educação nacional. Com base na Constituição Federal, Art.

206, incisos I ao IV, tem-se por princípios da educação nacional:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; (BRASIL, 1988).

Esses princípios são reafirmados e ampliados nos incisos do Art. 3º da Lei Nº 9.394/96:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV- respeito a liberdade e apreço a tolerância;
- V- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII- valorização do profissional da educação escolar;
- VIII- gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX- garantia de padrão de qualidade;
- X- valorização da experiência extra-escolar;
- XI- vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996).

Aprofundando-se as discussões, uma instituição escolar possui, basicamente, a função de socialização do saber sistematizado, a função de educar sistematicamente. A partir disso, destaca Saviani (1997, p. 114), que é necessário “[...] resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado a partir do qual se define a especificidade da educação escolar.”

São considerados objetivos a serem alcançados pelo Ensino Fundamental de nove anos, de acordo com a Lei Nº 9.394/96, Art. 32:

- I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade;
- III- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social; (BRASIL, 1996).

De acordo com a legislação apontada a escola deve estar mais comprometida com o desenvolvimento de atitudes, habilidades e competências do que com os conteúdos historicamente produzidos pelo homem, caracterizando a tendência liberal renovada progressivista. Entretanto, entendendo-se que a função social da escola deva estar ligada diretamente com a socialização de conhecimentos, a escola deve definir o que é curricular (atividades especificamente escolares) e o que é extracurricular (atividades secundárias, não essenciais para a escola), segundo Saviani (1997).

Não se pode aceitar, então, que “[...] propostas equivocadas levam a população a esquecer de que o trabalho básico da escola – de ensinar, de assegurar a reapropriação do conhecimento – é um serviço que ela presta na (e para a) construção da cidadania.” (KRAMER, 2003, p. 17).

Mas, além de sua função básica ligada ao conhecimento, a escola também deve atender a outros objetivos indispensáveis na construção da cidadania.

No momento atual, um dos pontos indispensáveis na formação de qualquer sujeito é o domínio tecnológico e a qualificação das formas de trabalho (MELLO, 2005). Cada vez mais as atividades coletivas ou individuais exigirão maleabilidade de seus sujeitos e iniciativa própria. Então, “[...] a formação de competências sociais, como liderança, iniciativa, capacidade de tomar decisões, autonomia no trabalho, habilidade de comunicação, constituem novos desafios educacionais.” (MELLO, 2005, p. 34).

Da mesma forma, os sujeitos precisam ter, na escola, o encontro com a pluralidade cultural, aspecto tão presente em nosso país. A cultura deve estar ligada, tanto nas tradições culturais e costumes, quanto no resgate do acervo cultural existente (KRAMER, 2003). Pois:

[...] a produção cultural contribui de maneira básica na formação de crianças, jovens e adultos, pois resgata trajetórias e relatos, provoca a discussão de valores, crenças e a reflexão crítica da cultura que produzimos e que nos produz, suscita o repensar do sentido da vida, da sociedade contemporânea e, nela, do papel de cada um de nós. (KRAMER, 2003, p. 15).

A escola deve, também, de acordo com Mello (2005), preparar os sujeitos para agirem com os diversos meios de comunicação existentes, que aceleram o ritmo com que se produzem informações, para que saibam filtrar e bem utilizá-las,

mas atribuindo ao desenvolvimento econômico maior dimensão social. Afinal:

Ainda que, por si só, a educação não assegure a justiça social, nem a erradicação da violência, o respeito ao meio ambiente, o fim das discriminações sociais e outros objetivos humanistas que hoje se colocam para as sociedades, ela é, sem dúvida parte indispensável do esforço para tornar as sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas. (MELLO, 2005, p. 43).

Por isso, uma das finalidades mais importantes da educação é contribuir para a formação da cidadania. A partir do momento que um indivíduo domina os meios tecnológicos e de comunicação que o cercam, compreende e reflete sobre a sua própria produção e interferência cultural, tem acesso a conhecimentos variados e aprende com valores mais humanos, sendo capaz de se politizar, compreende seu entorno social e age para transformá-lo

A escola, com sua função específica de educar não formará cidadãos por si só, mas contribuirá de maneira significativa para a sua formação. “Espera-se da escola, portanto, que contribua para a qualificação da cidadania, que vai além da reivindicação da igualdade formal, para exercer de forma responsável a defesa de seus interesses.” (MELLO, 2005, p. 36).

O termo cidadania aparece em diversos documentos oficiais que norteiam a educação no Brasil. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 1º, inciso II, cita que a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a cidadania, revelando a importância deste conceito em todas as esferas nacionais. Ainda na referida Constituição, a cidadania continua sendo princípio fundamental. Conforme o Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Este termo também aparece na Lei Nº 9.394/96:

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Ainda na mesma Lei, a educação nacional básica, compreendida pela

Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, apresenta-se voltada para a cidadania, conforme o Art. 22:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996).

A Lei Orgânica do município de Nova Veneza, em seu Art. 106 cita que:

A educação, direito de todos, dever do Município e da Família, será promovida e inspirada nos ideais da igualdade, da liberdade, da solidariedade humana, do bem estar social e da democracia visando o pleno exercício da cidadania. (NOVA VENEZA, 1990).

Enfim, a escola precisa ter claro que sujeitos pretende formar e a que classe social seu trabalho se dedica. A partir disso, definir objetivos que atendam a suas especificidades mais básicas e que incluam, gradativamente, as demandas da sociedade atual e uma formação cidadã comprometida com o social.

É importante que a escola utilize os documentos que definem as suas funções primordiais e que articule os anseios da comunidade sobre a sua ação. Assim, estará cumprindo sua função mais básica sem deixar de lado seu compromisso social com a construção da cidadania. Afinal, esta é uma demanda que não pode ser esquecida.

3 CIDADANIA

O termo cidadania, comumente utilizado, está definido brevemente no dicionário por: “[...] indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado.” (BUENO, 1996, p. 138).

Porém, para que se compreenda o conceito de cidadania, tão utilizado na sociedade atual, não basta apenas pensá-la enquanto condição da sociedade contemporânea. Pensar em cidadania significa levar em consideração todo o seu percurso histórico, desde o seu surgimento, há séculos atrás, passando pelas lutas de diversos povos através do tempo. Conforme reforça Jares (2006, p. 9):

[...] podemos caracterizá-la como uma prática histórica e socialmente construída, fundamentada nos princípios de dignidade, igualdade e liberdade, assim como nos de justiça, participação, solidariedade, respeito, não-violência, direitos e obrigações.

Portanto, com o intuito de compreender de fato o conceito de cidadania, é necessário um aprofundamento histórico, visando resgatar os elementos que o constituem. Isso porque, como nos diz Pinsky (2003 apud ARANHA, 2006, p. 80-81): “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço.”

3.1 Construção histórica do conceito de cidadania

De acordo com Covre (1998), a origem da cidadania está relacionada ao início do modo de vida organizado em cidades. E isto ocorreu, primeiramente, na Grécia antiga. Diferentemente do pensamento mítico que predominava até então nas comunidades tribais, a sociedade grega lentamente passou a utilizar-se do pensamento racional.

Como destaca Aranha (2006), as sociedades tribais eram essencialmente míticas, mas, a sociedade grega atribuiu, no período Arcaico (séculos VIII a VI a. C.), grande valor à reflexão e às discussões racionais. Conforme a autora:

A grande novidade é que a lei deixa de ser a vontade imutável dos deuses ou da arbitrariedade dos governantes, para ser uma criação humana, sujeita a discussões e a modificações. [...] Não mais a palavra mágica dos mitos, concedida pelos deuses, mas a palavra humana do conflito, da argumentação. (ARANHA, 2006, p. 59).

Aranha (2006) destaca fatores importantes que estimularam o processo de racionalização do pensamento. Dentre eles, destaca-se:

- A *escrita*, pois, embora tivesse sido apenas dessacralizada, ou seja, desligada do sagrado, e ainda não fosse acessível a todos, permitiu a abstração das idéias, possibilitou maior confronto de opiniões e alimentou debates;
- A *utilização da moeda* superou o sistema de trocas, facilitando e estimulando o pensamento e estabelecendo valores padronizados;
- A *formação das cidades-estados* (pólis) que altera as relações entre as pessoas, originando problemas de interesse comum a todos;
- O aparecimento dos primeiros *filósofos*.

Então, o debate político deu origem a uma nova instituição política: a democracia.

Na atuação de cada indivíduo há uma esfera privada (que diz respeito ao particular) e uma esfera pública (que diz respeito a tudo que é comum a todos os cidadãos). Na pólis grega, a esfera pública era relativa a atuação dos homens livres e a sua responsabilidade jurídica e administrativa pelos negócios públicos. Viver numa relação de iguais como a da pólis significava, portanto, que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, sem violência. Eis o espírito da democracia. (COVRE, 1998, p. 16).

Pode-se afirmar, dessa forma, que os fatores acima citados criaram um ambiente inovador, jamais vivenciado até então. Um ambiente no qual o poder estava, de certo modo, distribuído entre os iguais. Entretanto, Ribeiro (2002) nos alerta sobre como a democracia grega foi construída, pois, advindos das riquezas acumuladas surgiram à democracia, a cidadania e os filósofos. Porém, esta liberdade estava demarcada entre os que a tinham e os que não a tinham.

Na Grécia, predominantemente em Atenas, eram considerados cidadãos, de acordo com Aranha (2006), apenas os homens livres, cerca de 10% da população. O grupo dos não-cidadãos era formado por mulheres, crianças, escravos, idosos e estrangeiros.

O homem livre era aquele que, isento de atividades artesanais e, de forma abrangente, livre do trabalho, dedicava-se apenas ao pensar. “O trabalho, para os gregos, é incompatível com o exercício do livre pensar, com a produção de conhecimentos e com a participação política.” (RIBEIRO, 2002, p. 116).

E como ocorria a educação do povo grego? Tendo por base a subordinação da maior parte da população, a educação teria fins diferenciados

dependendo da classe a que se destinaria.

Estes ideais de educação foram discutidos, na época, por dois grandes filósofos: Platão e Aristóteles (pertencentes ao período da filosofia grega denominado Socrático ou Clássico, dos séculos V a IV a. C.). Este debate tornava-se importante, pois, de acordo com Aranha (2006), a sociedade grega não visava mais a formação de guerreiros heroicos, mas sim a formação do cidadão.

É importante ressaltar que, com base em Ribeiro (2002), estes debates surgiram do conflito entre os nascidos ricos e os grupos que despontavam na economia de então. Visavam discutir quem deveria ser educado a fim de atuarem enquanto cidadãos. Entretanto, independentemente dos debates, a educação grega era fortemente dividida. “É uma educação determinada pela classe a qual o indivíduo pertence e pelo papel e função sociais que deve desempenhar.” (RIBEIRO, 2002, p. 117).

Platão delineou em sua obra “A República” como deveria ocorrer a educação de acordo com os pressupostos daquela organização política. Com base em Aranha (2006), Platão traçava uma cidade ideal, na qual caberia ao Estado educar todas as crianças, e não mais a família. Inicialmente, a educação seria igual para todos.

Aos vinte anos seriam identificados os que têm alma de bronze, sendo aqueles que se destinariam a agricultura, artesanato, comércio e outras atividades mais grosseiras. Após dez anos, delinear-se-iam os almas de prata, que se incumbiriam da defesa da cidade. Os que restassem seriam considerados os almas de ouro que aprenderiam filosofia e assumiriam o poder (ARANHA, 2006).

Assim, percebe-se que cada membro na sociedade teria oportunidades iguais, sendo que suas funções seriam definidas de acordo com suas próprias capacidades individuais, e não mais por nascimento.

Nesta nova sociedade ideal, a educação corresponde ao desenvolvimento de faculdades e virtudes adequadas às funções que os indivíduos exercem e é essa adequação que produz a justiça, com cada um desempenhando, de maneira satisfatória, a função para a qual é mais apto. (RIBEIRO, 2002, p. 117).

Então, a sociedade defendida por Platão não é uma democracia, como afirma Aranha (2006), mas sim uma *sofocracia*, ou seja, o poder nas mãos dos sábios. Revolucionária, assim, ao pensar, por exemplo, em uma educação igual para

homens e mulheres.

Aristóteles, por sua vez, delineou em sua obra “Política” como deveria ocorrer a formação do cidadão. Vê-se, a princípio, que este filósofo já diferenciava os homens livres dos que se dedicam ao trabalho. De acordo com Ribeiro (2002), os cidadãos deveriam focar, predominantemente, no estudo da cultura, da filosofia, das artes e da ciência. Aos demais, não seria necessário garantir o acesso à educação.

Já no período de mil anos denominado Idade Média (476 a 1543), houve retrocessos acentuados em todas as discussões realizadas até então. Aranha (2006) mostra que, devido a inúmeras invasões que vinham ocorrendo e a formação dos primeiros reinos germânicos, despovoaram-se as cidades. Assim, as pessoas passaram a protegerem-se ao redor do castelo dos seus senhores, retribuindo-lhes com o trabalho. Estas ações configuraram o feudalismo.

Pode-se afirmar, assim, que a vida em cidade, a qual desencadeou a formação do cidadão e da democracia, foi sendo extinta gradualmente no período feudal. Nesta sociedade não mais se pensava em direitos, discussões e debates. Tudo era fortemente controlado pela fé, ou seja, pela Igreja Católica.

Após este longo período, definido por vezes como a “grande noite de mil anos”, ressurgem os valores greco-romanos na chamada Renascença (séculos XV e XVI). Este período é fortemente marcado, segundo Aranha (2006), pela secularização do saber (imparcialidade religiosa) e, também, pelo poder atribuído a razão nas escolhas. “O princípio da liberdade e crítica opunha-se ao princípio da autoridade.” (ARANHA, 2006, p. 124).

Com o pensamento moderno de cidadania e, principalmente, com a Revolução Francesa, o povo comum passa a ter direitos instituídos jamais possibilitados até então, alimentando as esperanças do povo trabalhador por igualdade e justiça.

De acordo com Covre (1998), o Estado Liberal implantou direitos iguais a todos, ainda que somente legalmente. Porém, ao mesmo tempo em que se estabeleciam direitos aumentavam as formas de exploração capitalista. “O povo concebia esses direitos extensivos a proprietários e não-proprietários. A burguesia, deixando de ser revolucionária [...], vai vincular direitos humanos somente àqueles que tem propriedade.” (COVRE, 1998, p. 24).

Pensadores da época formaram a concepção burguesa de cidadania

elitista. Kant, conforme Covre (1998), delineava os cidadãos e os não-cidadãos a partir dos que tem e dos que não tem propriedade sobre o próprio corpo.

Hegel também delineava a cidadania. Ao mesmo tempo em que destacava a importância da educação do cidadão, classificava como sendo cidadãos apenas homens, não pertencendo a este grupo mulheres e pobres (RIBEIRO, 2002).

Fica claro, então, que sempre houve concepções distintas de cidadania dependendo da classe que a dotasse de sentido. De um lado, um conceito conservador e, de outro, um conceito revolucionário. Afinal, de acordo com Azevedo (2006), o pensamento moderno produziu valores discriminadores e opressores, mas também fontes emancipadoras.

No Brasil, o debate sobre cidadania é extremamente recente se comparado aos modelos europeus. Porém, analisando-se a história de nosso país, vê-se que sempre houve relações de poder e tratamento privilegiado aos mais abastados financeiramente. “A elite vivia sua cidadania com regalo.” (COVRE, 1998, p. 52). O povo, por sua vez, vivia em condições precárias.

Apesar das reivindicações solicitadas pelo povo operário, o governo fazia o mínimo possível para atendê-las, isto entre a década de 1930 e 1964 (COVRE, 1998). De acordo com a mesma autora, após 1964 viveu-se forte opressão na área social, marcado pelo comando militar.

Após 1978, os movimentos em busca do retorno por liberdade e democracia ganharam força. “As campanhas das chamadas *diretas já*, pelas eleições diretas, encheram as praças no país.” (ARANHA, 2006, p. 296).

Então, gradativamente vem se construindo os valores democráticos e cidadãos no país. Sabe-se, porém, que ainda há muito a ser esclarecido antes que estes conceitos se efetivem na sociedade brasileira e a escola, neste sentido, exerce papel relevante nesse processo.

3.2 O que é ser cidadão?

Viu-se, até o momento, a importância de considerar o processo de construção histórica que perpassa pela palavra cidadania, isso por não ser possível compreendê-la sem levar em consideração seu processo de formação. Mas, afinal, o que é cidadania? O que este termo, que aparece nos discursos de políticos e em documentos oficiais, implica?

De acordo com Covre (1998), cidadania é um termo que pode assumir diferentes significados, dependendo do seu princípio de análise. Para algumas pessoas ela chega a confundir-se apenas com o “voto”.

Cidadania, inicialmente, remete a uma parcela de direitos e deveres destinados ao cidadão. De acordo com Covre (1998):

- Deveres: apontam para a responsabilidade coletiva, para o respeito as normas e leis e para a participação, direta ou indireta, no governo;
- Direitos: são de ordem civil (segurança, por exemplo); política (voto, por exemplo); e social (educação e saúde, por exemplo).

Os conceitos atribuídos ao ser cidadão citados acima se referem a uma visão mais estreita sobre este conceito. Não levam em consideração, por exemplo, a importância de o cidadão ser ativo política, econômica e socialmente, mantendo-se constantemente participativo na busca e defesa de condições dignas para as áreas de seu entorno de convívio.

Tampouco destacam que a noção de cidadania e a força do cidadão se fazem em comunidade, comunidade esta “[...] que compartilhe por igual um conjunto de direitos democráticos de participação e comunicação.” (BOLÍVAR, 2006, p. 15).

A cidadania e o cidadão constituem-se pela necessidade indispensável da luta por condições dignas de moradia, saúde, segurança, participação, direito de manifestação popular e tantos outros fatores. Assim, enfatiza Covre (1998, p. 10):

Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor. Mas o primeiro pressuposto dessa prática é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população.

Desta forma, o ser cidadão hoje é fugir da tradição de cidadania passiva, de sujeitos que aceitam calados todas as injustiças colocadas para as camadas menos favorecidas e que se preocupam apenas com sua própria situação. “Ser cidadão, fazer história, é não ser reprodutivista, mero usuário, utilizador das informações, da ciência e da tecnologia. É ser capaz de ser crítico das informações, construtor de conhecimentos e produtor de tecnologias.” (BORDIGNON; GRACINDO, 2001, p. 158).

Então, muito mais do que apenas conformar-se com a situação posta pela

elite dominante, a qual pouco faz para garantir igualdade e justiça para toda a sociedade, entende-se que cidadão é aquele que luta e faz valer a sua força e os seus direitos, garantindo o bem comum e beneficiando a maior parte da população, desfavorecida historicamente.

3.3 Cidadania e educação: (des)construindo relações

As contradições vivenciadas no trajeto histórico do conceito de cidadania refletem-se, também, na educação que, afinal, tem sua função social definida pelas demandas da sociedade a qual pertence.

É oportuno destacar que o termo que mais aparece nos discursos e documentos oficiais, “educar para o exercício da cidadania”, constitui-se, na verdade, como um termo conflitante, derivado da filosofia positivista.

Este termo, com base em Bordignon e Gracindo (2001), centra-se apenas no conhecimento de direitos e cumprimento de deveres, enfatizando apenas o cidadão civil. Desta forma, são cidadãos os incluídos socialmente e são os não-cidadãos os excluídos socialmente.

Azevedo (2006), por sua vez, também reflete sobre a utilização deste termo, afirmando que, ao se falar que existe uma educação para a cidadania, significa afirmar que há uma educação para a não-cidadania e que, assim, há uma escolarização que não visa formar cidadãos.

Arroyo (2010), complementando as discussões, afirma que pensar na necessidade de educar o trabalhador para ser, posteriormente, cidadão, não é garantir a sua inserção social, mas sim justificar a exclusão da cidadania desta classe social. É preciso analisar se: “[...] a relação entre educação e cidadania está contribuindo para garantir a cidadania dos trabalhadores ou, ao contrário, está contribuindo para justificar e racionalizar a sua exclusão.” (ARROYO, 2010, p. 39).

Isto se dá na análise do discurso utilizado de que o povo é excluído da cidadania por sua “imaturidade política” ou por sua falta de formação. Porém:

Uma das formas de colocar no seu lugar a relação entre cidadania e educação será destruir a imagem que se criou de que a educação é um dos mecanismos de arbitragem sobre a quem, onde e quando é permitida a condição de cidadão e de sujeito político. (ARROYO, 2010, p. 45).

É necessário, então, que se supere a visão de que somente os educados

serão considerados cidadãos. “A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição.” (ARROYO, 2010, p. 88).

Neste novo enfoque dado à educação, passa-se a pensar na superação de conceitos tradicionais, atribuindo que a educação “[...] é muito mais que meramente preparar pessoas para o exercício da cidadania – é *construir* cidadania.” (BORDIGNON; GRACINDO, 2001, p. 157).

Assim, o pensamento pedagógico precisa refletir a sociedade enquanto repleta de conflitos e lutas, saindo da visão de sociedade equilibrada e moralista. Afinal, não será possível formar cidadãos enquanto a escola e os professores, em geral, não se politizarem (ARROYO, 2010).

Precisa-se, então, ter claro que a cidadania acontece no envolvimento de pessoas, em conjunto, mas, admitindo-se que cada um dos sujeitos é único, com suas próprias diferenças. “Democracia e cidadania são conceitos inerentes, indissociáveis. Sem um, não se viabiliza o outro. O que vale dizer que sem democracia não há espaço para os cidadãos, mas apenas para governados.” (BORDIGNON; GRACINDO, 2001, p. 157-158).

Enfim, não apenas os sujeitos envolvidos no ambiente escolar devem se preocupar e participar da ação cidadã, mas toda a sociedade. Pois, como afirma Arroyo (2010), a cidadania não é algo dado, mas sim um processo interior da prática social e política.

Salienta-se, novamente, a importância da escola, enquanto instituição social, em contribuir para a construção da cidadania, possibilitando práticas, conhecimentos, valores, vivências e ferramentas que favoreçam a formação cidadã.

4 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Em meio a discussões constantes sobre a função social da escola, é necessário ter algo próximo ao cotidiano escolar que defina os objetivos educacionais. Objetivos estes que devem ser demarcados tanto por documentos oficiais quanto pelas necessidades da população local, a fim de uma maior democratização das relações.

Para a organização da escola conta-se com o Projeto Político-pedagógico. Pedagógico, pois, esclarece as funções a serem desempenhadas pela escola que se ligam diretamente com o saber, relacionadas à educação. É político, pois:

Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo, por isso, todo o projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. (GADOTTI, 2001, p. 34).

Então, pode-se afirmar que uma escola de qualidade tem seu caráter pedagógico atrelado com o compromisso social. Um buscando no outro elementos que sustentem a sua prática. “Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável, tratando-se de uma relação recíproca entre as duas dimensões.” (COSTA, 2006, p. 38).

Sendo assim, o Projeto Político-pedagógico pode ser considerado como um documento que tem por objetivo direcionar todo o trabalho escolar, orientando todos os envolvidos neste processo. Costa (2006, p. 40) enfatiza que: “A teoria deverá estar sempre iluminando a prática, teoria e prática deverão estar sempre unidas.”

Pode-se afirmar que o PPP, segundo Libâneo (2001, p. 125): “Consolidase num documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino [...] e expectativas da comunidade escolar.”

O Projeto Político-pedagógico (PPP) deve levar em consideração, durante a sua elaboração, o contexto social em que cada escola está inserida, as suas especificidades e as suas dificuldades. Por isso, não se define um modelo único de PPP. Cada instituição deve ter autonomia e elaborar seu Projeto Político-

pedagógico, embasando-se em suas reais necessidades. Uma necessidade que se coloca, por exemplo, é “[...] que a sociedade está a exigir uma prática pedagógica que garanta a construção da cidadania, possibilitando a criatividade e criticidade.” (COSTA, 2006, p. 35).

Para estar atenta sobre as necessidades da população, é necessário que a escola promova espaços de comunicação permanente entre as diferentes instâncias da sociedade. “Isto implica, sem sombra de dúvida, por um lado, em criar espaços de participação da comunidade na dinâmica da escola e por outro, em interagir no espaço cotidiano vivido e recriado pela comunidade [...]” (COSTA, 2006, p. 39).

A responsabilidade para a elaboração do PPP não é somente da direção escolar. Sua construção deve ocorrer coletivamente, com a participação de pais, professores, alunos, direção e demais funcionários, ou seja, todos os envolvidos no ambiente escolar devem contribuir. Assim:

A escola que conseguir elaborar e executar, num trabalho cooperativo, seu projeto pedagógico curricular, dá mostras de maturidade de sua equipe, de bom nível de desenvolvimento profissional dos seus professores, de capacidade de liderança da direção e de envolvimento da comunidade escolar. (LIBÂNEO, 2001, p. 126-127).

Outro ponto importante refere-se ao caráter de inacabamento que perpassa o PPP. Este não é um documento finalizado. Precisa ser revisto permanentemente, como um processo inacabado. Nas palavras de Libâneo (2001, p. 126):

Todo projeto é, portanto, inconcluso. Isso é assim porque as escolas são instituições marcadas pela integração entre pessoas, pela sua intencionalidade, pela interligação com o que acontece no mundo exterior (na comunidade, no país, no mundo), o que leva a concluir que as situações de ensino não se repetem, as escolas não são iguais. Por isso é que se diz que as organizações são sempre construídas e reconstruídas socialmente.

Libâneo (2001) cita as principais características que devem estar presentes no PPP e sua elaboração: princípios e objetivos comuns, delimitados por todo o conjunto escolar; formas de organização e gestão negociadas entre direção e professores; definição de linha pedagógico-didática comum e articulada entre professores; avaliação e acompanhamento permanente do PPP.

Certamente, a construção do Projeto Político-pedagógico na escola não se trata de um processo fácil. Muitas dificuldades poderão ser encontradas pela equipe, mas, mesmo assim, é preciso enfrentar os problemas e garantir a implantação do PPP.

Gadotti (2001) cita como principais desafios a serem vencidos pela escola: a pouca experiência em ambientes democráticos; o pensamento elitista que subordina o povo e as suas produções; a estrutura vertical que domina o sistema educacional; o autoritarismo presente em alguns envolvidos no ambiente escolar; as lideranças centralizadas que existem na educação.

O Projeto Político-pedagógico é citado, inclusive, em leis que norteiam a educação nacional. Na Lei Nº 9.394/96, Art. 9º, inciso I, é colocado que a União deverá organizar e elaborar o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 1996), o qual norteará a própria elaboração do PPP. Ainda na referida Lei, aparece no Art. 12, inciso I, que: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

O Art. 13, inciso I da mesma Lei, diz que: “Os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.” (BRASIL, 1996). Por fim, o Art. 14, incisos I e II, ainda da Lei citada anteriormente, especifica que:

Os sistemas definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Antes da elaboração dessa lei, de acordo com Costa (2006), a formulação de projetos era, em poucos casos, presente. Porém, acontecia de forma desarticulada com o grupo, sendo elaborado de forma individual por algum membro da direção, “[...] por isso os educadores ficavam sem resposta para a crucial pergunta ‘para onde a educação deve conduzir?’” (COSTA, 2006, p. 37).

Então, fica evidente que a existência de um PPP em uma instituição de ensino, desde que seja construído conjuntamente, é essencial para que se dinamize e democratize a proposta educacional da escola. “O Projeto Político-pedagógico

busca resgatar a escola como espaço democrático de reflexão e discussão dos problemas, apontando alternativas que possam atender as necessidades [...] permitindo o alcance dos objetivos propostos.” (COSTA, 2006, p. 43).

Afinal, uma escola que pretenda colaborar com a formação cidadã, partindo do princípio democrático, precisa também propiciar aos alunos, professores e demais funcionários um ambiente de diálogo, opiniões, respeito, reivindicações e convivência em grupo.

4.1 Construindo a escola cidadã

Articular escola e cidadania significa garantir que se tenha, no ambiente escolar, vivências práticas que permitam a formação dos cidadãos que passam por esta instituição.

Muito mais do que simplesmente informar os sujeitos de que possuem direitos e deveres assegurados por lei, a escola deve possibilitar um ambiente que inspire a cidadania, pautada em práticas que favoreçam a politização de seus sujeitos, além de seu desenvolvimento histórico e social. “*A escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo.*” (GADOTTI, 2001, p. 35).

Neste contexto, ganha forças o movimento que defende a “escola cidadã” como uma nova alternativa. “A escola cidadã surge como uma resposta à burocratização do sistema de ensino e a sua ineficiência.” (GADOTTI, 2001, p. 39).

E o que seria a escola cidadã? Ela “[...] é uma escola pública universal – igual para todos, unificada – mas que respeite as diferenças locais, regionais, enfim, a multiculturalidade, idéia tão cara e fundamental da teoria da educação popular.” (GADOTTI, 2000, p. 55).

Pode-se ainda afirmar, segundo Costa (2006, p. 38), que: “A escola cidadã é escola autônoma e, portanto escola de qualidade política. Somente assim a escola conseguirá atender as necessidades típicas do tempo-espaço atual, definido pela velocidade de mudanças globais.”

O PPP configura-se como um importante documento que define a função social da escola e concretiza relações democráticas. Mas ainda há diversas maneiras de se favorecer a construção da cidadania na escola. Assim, com este movimento:

[...] estão surgindo alguns *eixos norteadores* da escola cidadã: a integração entre educação e cultura, escola e comunidade (educação multicultural e comunitária), a democratização das relações de poder dentro da escola, o enfrentamento da questão da repetência e da avaliação, a visão *interdisciplinar e transdisciplinar* e a formação permanente de educadores.” (GADOTTI, 2001, p. 40).

Vê-se, então, que as alternativas para o favorecimento da formação cidadã são variadas. É necessário, neste contexto, a participação e o comprometimento de toda a comunidade escolar para que a cidadania não seja apenas sonhada, seja também vivenciada e compreendida cotidianamente por toda a população.

A escola cidadã, segundo Gadotti (2000), é democrática em sua essência e autônoma, não dependendo de decisões externas para executar seu próprio projeto. Mas, tem consciência de que nada é conquistado sem conflitos, sejam eles internos ou externos.

Esta escola valoriza o profissional professor e suas tarefas, incentivando iniciativas pessoais que melhorem o ambiente de trabalho (GADOTTI, 2000) e que fomente a curiosidade de seus envolvidos.

Enfim, a escola cidadã reconhece e acontece por interferências histórico-sociais. “*Não há duas escolas iguais. Cada escola é fruto do desenvolvimento de suas contradições.*” (GADOTTI, 2000, p. 57).

Sugestões, teorias e orientações para a construção de uma escola cidadã e, posteriormente, para a formação de cidadãos, não faltam. Mas, infelizmente, não será por desejo de alguns poucos que esta prática democrática se efetivará. É preciso que todos os envolvidos no ambiente escolar operacionalizem e assumam objetivos comuns na formação da cidadania, contribuindo, pouco a pouco, com a superação das injustiças sociais que hoje se colocam.

Até o momento, viu-se neste aprofundamento teórico o caráter histórico que perpassa a função social da escola. Esta, encarregada de formar cidadãos sempre o deverá fazer, porém, o que vai divergir entre uma escola e outra, entre um momento e outro e entre as diferentes sociedades que se colocam, é o perfil com que estes cidadãos serão formados.

Em ambientes mais dominados, serão formados cidadãos mais passivos, alienados, meros reprodutores. Em ambientes mais progressistas, formar-se-ão cidadãos críticos, reivindicativos e criadores.

Uma das formas de se colocar o cidadão “almejado” em cada momento vivenciado pela sociedade brasileira é ao se relacionar a escola com as formas de produção do capital vigentes em cada período.

A tendência liberal tradicional relaciona-se com a forma de produção familiar, na qual, por mais que se tivessem centenas de funcionários, o comando pertenceria, ainda, ao centro ou “chefe” da família. Muita ênfase era dada na transmissão do que era conhecido/possuído dos mais velhos para os mais novos, como uma herança.

A tendência liberal renovada não-diretiva, por sua vez, não possui preocupações diretas com o mercado de trabalho e, conseqüentemente, não visa a formação técnica do trabalhador. Nessa tendência, cada um deve buscar a sua auto-realização de acordo com seu interesse e capacidade pessoal, favorecendo o individualismo.

Já a tendência liberal renovada progressivista relaciona-se com a forma de produção e de empresas automatizadas, com grande volume de produção e substituição da mão de obra por sistemas computadorizados. Sendo assim, a formação do cidadão, neste contexto, precisa garantir operações que possibilitem ao sujeito inserir-se rapidamente em outras modalidades de trabalho, de acordo com sua própria adaptação e em função do desenvolvimento da tecnologia e do sistema produtivo.

A tendência liberal tecnicista, finalizando o grupo de tendências liberais, está direcionada à formas de produção em série, na qual cada parte do produto é confeccionada por um setor, nunca se conhecendo o produto todo. Assim, é ideal que os funcionários sejam facilmente controlados, instruídos igualmente sobre o domínio de instrumentos e técnicas de fabricação, aumentando a capacidade produtiva das grandes empresas.

No grupo das tendências progressistas não se faz necessário separá-las para contextualizá-las. Isso porque tanto a tendência progressista libertadora quanto a tendência progressista libertária não se direcionam ao ensino regular. Mas igualmente procuram a superação das desigualdades de classe.

Este grupo de tendências, destacando-se neste contexto a crítico-social dos conteúdos, não exclui a importância do mercado de trabalho. Pelo contrário, reconhecem a importância desse, mas, ao oposto do que foi visto até o momento, encaram-no de forma problematizada, social e politicamente, para a emancipação

do trabalhador.

A escola, para estas tendências, não precisa reproduzir, alienar ou passivizar os sujeitos para inserirem-se no mercado de trabalho, contribuindo para a existência das desigualdades de classes em níveis tão alarmantes como se vê atualmente.

Ela deve, na sua tarefa de construir cidadania/cidadãos, formar sujeitos críticos, que reivindiquem sempre que necessário, que sejam criativos, autônomos, competentes, desenvolvidos em âmbito físico, mental e emocional. Buscam-se sujeitos diferenciados, com capacidade de iniciativa própria e ligados ao seu próprio contexto social, unindo-se a uma teia global de informações. Então:

É nesse universo que o aluno vivencia situações diversificadas que favorecem o aprendizado, para dialogar de maneira competente com a comunidade, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e a ser ouvido, a reivindicar direitos e a cumprir obrigações, a participar ativamente da vida científica, cultural, social e política do País e do mundo. (BRASIL, 1997, p. 35).

Percebe-se, então, que a tarefa da escola sempre foi a de formar cidadãos, necessidade esta posta pelo Estado, a fim de que sujeitos vivam em sociedade. Variam-se, nas diferentes concepções, as formas como a escola vai garantir a inserção do sujeito na sociedade, e isso se dará pela maneira com que serão apresentados os conteúdos a este aluno.

Sendo assim, levando-se em conta a importância da constituição de cidadãos mais conscientes de sua participação e comprometimento para a vida em uma sociedade mais justa, que extravase a condição de trabalhadores subordinados aos interesses capitalistas, é fundamental que a escola assumase enquanto parte importante deste processo.

É importante que se declare este compromisso para a inversão das relações que estão postas, chamando para esta tarefa o maior número possível de educadores e demais segmentos da sociedade.

5 METODOLOGIA

Nesta etapa do trabalho torna-se importante explicar como se desenvolveu a metodologia da pesquisa, explicando em que contexto ocorreu à mesma, como foram escolhidas as pessoas para a investigação e outros fatores importantes que não podem ser desconsiderados para sua elaboração.

O presente trabalho de pesquisa enquadra-se, conforme Acafe (2007), na abordagem qualitativa do problema, não descartando as dimensões quantitativas, mas, focando nas dimensões de relação entre o problema e seu contexto de origem, compreendendo-o não de forma a relacioná-lo a valores numéricos e percentuais, mas a processos interpretativos.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Acafe (2007), não parte do princípio de que há uma única forma de se conduzir estudos e resultados. O mesmo autor salienta, ainda, que as ciências humanas e sociais não devem igualar-se as ciências naturais. Ou seja, alguns resultados de pesquisa não podem ser comparados, dimensionados ou mensurados. Além disso, é importante destacar que:

[...] a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. [...] O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 1998 apud ACAFE, 2007, p. 10).

Quanto aos objetivos este trabalho se caracteriza por ser exploratório e descritivo. O objetivo exploratório tem por meta aproximar o pesquisador do problema de estudo, tornando este mais claro. O objetivo descritivo, por sua vez, é destinado a descrever e explicar as características do contexto de origem do problema, sua realidade. Visa estabelecer as relações existentes entre inúmeras variáveis, explicitando-as (ACAFE, 2007).

Objetivando analisar se os professores de séries iniciais do ensino fundamental de Nova Veneza consideram que a escola tem preparado o educando para o exercício da cidadania, a pesquisa aconteceu no primeiro semestre de 2011 em uma escola da rede municipal de Nova Veneza.

Optou-se por esta escola, dentre as demais, pelo fato de os estágios obrigatórios supervisionados na Educação Infantil e nas séries/anos iniciais do Ensino Fundamental da pesquisadora terem ocorrido nessa unidade escolar, o que

garante um maior conhecimento e familiarização da acadêmica com os dirigentes e docentes da escola, facilitando a realização da pesquisa.

A escola investigada possui um quadro composto por 14 professores, todos graduados, 1 bolsista auxiliar de classe, equipe diretiva composta por 1 diretora e 1 assistente, contando também com 2 merendeiras. Atende aproximadamente a 141 alunos, sendo 47 da Educação Infantil e 94 do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Sua estrutura física conta com quatro salas de aula, sala de informática e recursos audiovisuais, sala de direção, cozinha e área de refeições, banheiros, amplo pátio, campo de futebol e centro de eventos.

Foi aplicado um questionário (Apêndice 1) com perguntas organizadas de modo a esclarecer o problema de pesquisa a quatro docentes da instituição, titulares de turmas. Sabendo-se que a escola possui apenas cinco turmas das séries/anos iniciais do Ensino Fundamental, todos os professores docentes deste nível foram envolvidos na pesquisa (um dos professores atua em duas classes do Ensino Fundamental das séries/anos iniciais) por ter regime de 40 horas semanais de trabalho.

Optou-se pelo questionário pelo seu objetivo principal, que consiste em levantar “[...] opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p. 128).

Deste modo, pode-se transpor os objetivos específicos da pesquisa para os questionamentos formulados, contribuindo diretamente para a resolução do problema (GIL, 1999). O questionário foi formulado com questões abertas, possibilitando que os sujeitos envolvidos pudessem responder as perguntas de acordo com suas percepções, não se adequando a alternativas preestabelecidas (GIL, 1999).

Foi realizada, também, uma análise do Projeto Político-pedagógico da escola para comparar a proposta oficial com o discurso dos professores em relação à função da escola e cidadania, explicitando posições. Uma das funções da análise de conteúdos “[...] diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado.” (GOMES, 1994, p. 74). Dessa forma, pode-se perceber além dos discursos, analisando-se também os documentos norteadores da profissão docente.

A análise de conteúdos seguiu, segundo Gomes (1994), as seguintes fases: a) pré-análise: organiza-se o material e faz-se uma leitura do mesmo; b)

exploração do material: fase mais longa, que exige várias leituras do mesmo material; c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação: buscam-se ideologias e identificação de características presentes no processo.

Os docentes que participaram da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Informado (Apêndice 2) para que suas respostas fossem utilizadas no desvelar do problema, resguardando o comprometimento ético da pesquisa.

Após o término da coleta de dados, as informações obtidas foram sistematizadas e analisadas conforme a bibliografia consultada, visando compreender os objetivos a que se propõe este Trabalho de Conclusão de Curso.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Tão importante quanto a coleta de dados, a análise dos dados obtidos é de fundamental importância para o desvelar ético da pesquisa. Analisando-os com base no referencial teórico anteriormente apresentado, os dados devem conduzir a respostas frente ao problema de pesquisa, apontando alternativas para as questões.

A análise dos dados fez-se, primeiramente, em nível de análise documental do Projeto Político-pedagógico da escola e, posteriormente, pelos questionários realizados aos docentes da instituição, articulando-se as informações.

6.1 Análise documental

O Projeto Político-pedagógico da escola investigada, pertencente a rede municipal de ensino de Nova Veneza, foi elaborado por toda a rede e também é utilizado pelas demais escolas municipais. A sua elaboração ocorreu em fevereiro de 2006.

Sua estrutura possui justificativa, introdução, apresentação, marco situacional, marco doutrinal, pressupostos filosóficos, concepção de mundo, concepção de sociedade, concepção de pessoa, concepção de criança, concepção de adolescência, concepção de educação, concepção de escola, pressupostos pedagógicos, linha pedagógica de ação e finalidades gerais do ensino municipal.

O PPP da escola analisada procura definir as orientações gerais sobre a educação da rede, pois, conforme Libâneo (2001), o Projeto Político-pedagógico define as intenções gerais do trabalho escolar, ou seja, o tipo de ação a ser desenvolvida pela escola e com que finalidade.

No marco situacional do PPP o papel da escola está definido em função da realidade observada. Nele a escola e seu papel aparecem, no processo histórico, como reprodutores de relações sociais, reconhecendo-se que cada vez mais se têm proposto a superação desta condição. A escola, assim, de acordo com o PPP:

[...] tem à duras penas, empreendido esforços na promoção dos direitos humanos, através do resgate incessante da consciência da cidadania brasileira e, por isso, de espaços que garantam uma gestão democrática, constituída de pessoas altamente participativas e solidárias que contribuam, coletivamente, para o exercício do bem comum. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA VENEZA, 2006).

Dessa forma, o PPP aponta para a intencionalidade de mudança da prática historicamente efetivada pelas escolas, pois, faz menção à consciência de superação do reprodutivismo, indicando novas formas de metodologia e ação escolares, desconstruindo práticas consolidadas e imutáveis.

Isto aponta para, segundo Libâneo (1999, p. 32), a adoção de tendências progressistas na educação, porque “[...] partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação”.

As finalidades da escola, segundo o PPP, ainda são definidas tendo-se por base as leis atuais, dentre elas a LDB (9.394/96) e a proposta curricular de Santa Catarina. Como filosofia da educação de Nova Veneza presente no PPP tem-se:

Promover em interação com a família, o desenvolvimento integral do homem, como também seu crescimento pessoal, a partir das ideias de solidariedade, justiça e igualdade, permitindo o acesso a apropriação e a socialização do conhecimento, bem como a construção de sua identidade, o exercício da cidadania e o ingresso no mundo do trabalho. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA VENEZA, 2006).

Nesse trecho o documento contradiz-se com partes do ideário transformador apresentado anteriormente. Fica claro que a apropriação do conhecimento terá função de educar para o exercício da cidadania, em seu sentido mais reprodutor, adaptando o indivíduo à sociedade e silenciando-o por meio do trabalho. A perspectiva revolucionária e superadora de relações sociais vigentes já não se manteve com tanto vigor, apontando para a conservação e perpetuação de valores.

Adiante, a concepção de escola é apresentada pelo PPP como formadora de cidadãos dignos na sociedade, que exerçam seus direitos e deveres. Entretanto, ao esclarecer que sociedade é esta, o PPP novamente parece afastar-se da pedagogia histórico-crítica: “A sociedade que queremos formar, é um espaço onde o homem se sinta convidado a viver feliz, com respeito e dignidade.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA VENEZA, 2006).

Convidado é aquele que participa de uma cerimônia, um hóspede (BUENO, 1996). Um convidado não tem permissão para questionar a organização de uma festa, para reorganizar a decoração ou optar pelo cardápio. Ele apenas

participa de tal solenidade, marca presença de modo calado. Um anfitrião, por sua vez, ou aquele que paga as despesas de uma solenidade (BUENO, 1996), tem poder de opinar sobre tudo e questionar todos os momentos de seu evento. Ele decide, opina, tem conhecimento, questiona e dialoga ativamente.

A formação de cidadãos para atuarem na concepção de sociedade identificada no PPP evidencia o ajustamento dos alunos, meros convidados, aos padrões almejados pelos “anfitriões” que manipulam as relações sociais, políticas e econômicas desse país. Em nada se enquadram, assim, nas tendências progressistas explicitadas no referencial teórico.

Sendo assim, a formação do cidadão proposta no PPP contradiz com o pensamento de Bordignon e Gracindo (2001, p. 158), ao proporem que: “[...] o cidadão é aquele que faz história e, nesse sentido, é governante, não apenas de si mesmo, mas, solidariamente com os outros cidadãos, do caminhar da humanidade.”

Os pressupostos pedagógicos indicados no PPP também se contradizem com o ideário de sociedade identificado no documento, uma vez que propõe uma ação pedagógica capaz de “[...] proporcionar a formação de um ser, fazendo-o crescer como gente, como pessoa livre, responsável, crítica e atuante na sociedade em que vive, a partir da construção e apropriação do conhecimento decorrente das interações com o outro na história.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA VENEZA, 2006). Então, não há mais a presença do cidadão “convidado”, reproduzidor de relações sociais. O PPP passa a pressupor a formação de um ser que ultrapasse a perpetuação do conhecimento vazio, transmitido para mera assimilação/memorização do aluno. Espera-se do educando a construção e reconstrução dos conhecimentos, que atuem criticamente e ativamente na sociedade em que vivem. Visa, principalmente, que o educando não se acomode ao espaço em que vive, mas que o transforme para o bem comum das camadas desfavorecidas historicamente.

Finalizando, o PPP traz as finalidades gerais do ensino municipal que devem ser desenvolvidas pela escola. São elas: conhecimento; criticidade; consciência ecológica; afetividade; autoridade; cidadania; relacionamento interpessoal; sexualidade; solidariedade e pluralidade cultural. Tais finalidades não são uma construção única do PPP de Nova Veneza, pois, elas baseiam-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos temas transversais. São eles: ética, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e saúde.

A cidadania está definida pelo PPP como: “[...] condição do cidadão. O exercício da cidadania consiste na vivência de certos direitos e obrigações dentro de um estado democrático, de modo que o indivíduo assuma um papel ativo nas transformações sociais.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA VENEZA, 2006).

O conceito de cidadania explicitado no PPP, embora cite a necessidade de que haja alguma mudança na sociedade, não leva em consideração e não destaca a importância que a participação e união popular têm para que esse desejo se efetive. De acordo com Covre (1998), as pessoas precisam perceberem-se enquanto responsáveis pela conquista e ampliação de direitos, e este constitui-se em um dos seus deveres fundamentais. Não se pode esperar passivamente a criação de direitos, mas sim tornar-se sujeito dessa conquista. Salienta-se, também, que essas transformações sociais não devem ficar apenas no plano tecnológico, mas devem transcendê-las enfocando os aspectos históricos e sociais.

Deste modo a cidadania não se molda pela simples existência de direitos e deveres, conforme ressaltado no PPP. Covre (1998, p. 11) destaca que:

[...] a cidadania é o próprio direito a vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo.

De forma geral, percebe-se que o PPP traz a função social da escola e se refere à formação cidadã, ainda que em seus sentidos mais restritos. O termo cidadania/cidadão apareceu neste documento dezenove vezes, trazendo indícios que apontam para a superação de conceitos e práticas tradicionais, porém, ainda predominando de forma contraditória termos que apontam para a reprodução da sociedade vigente.

Contudo, torna-se necessário ressaltar que o Projeto Político-pedagógico está em constante re-elaboração, podendo ser aperfeiçoado conforme a necessidade da comunidade escolar. As contradições presentes em seu conteúdo podem desencadear na mudança e superação de certas práticas que ainda norteiam o exercício escolar.

O que não se pode perder são a importância e a necessidade constante da reflexão sobre a prática, para que o aprimoramento dos documentos torne-se

uma consequência natural do fazer pedagógico dos professores. Afinal, conforme ressalta Libâneo (2001), todo projeto está sempre por se fazer.

6.2 Análise de questionários

As professoras pesquisadas¹ que aceitaram o convite para participar desta investigação, ao preencherem o termo de consentimento informado, solicitaram que as suas identidades fossem resguardadas, comprometendo-se em colaborar com a pesquisa. Desta forma, elas serão apresentadas ao longo do texto como sendo as professoras A, B, C e D.

De modo geral, todas as professoras possuem um tempo razoável de atuação no magistério. A professora C, com menor tempo de atuação, já leciona há nove anos, enquanto a professora D, com maior tempo de atuação, já atua há vinte e dois anos no magistério. Na unidade específica, as professoras A, B e C atuam há oito anos, ao passo que a professora D, mais experiente também no magistério, trabalha naquela escola já há dezoito anos. Todas as professoras possuem pós-graduação na área da educação e dizem participar, em média, de dois a três cursos de formação continuada por ano.

Tendo em vista a experiência e formação das professoras investigadas, considera-se que as mesmas estejam aptas a abordar o tema desta pesquisa, dando fidedignidade aos dados coletados.

Apresentando-se as questões, com relação ao entendimento das professoras sobre quais deveriam ser as preocupações da escola na sociedade atual, percebe-se que a opinião das mesmas dividiu-se sobre uma concepção de ajustamento e uma concepção de transformação social, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Demonstrativo das expectativas da escola na visão das professoras

Alternativas	Professoras	Porcentagem
Formar cidadãos que atuem na sociedade conscientemente, sabedores de seus direitos e deveres	A - D	50%
Preparar o aluno para viver nesta sociedade	B	25%
Formar cidadãos que exerçam seus deveres	C	25%

Fonte: Pesquisa realizada em 2011/1.

¹ Devido a todas as docentes da instituição que lecionam nas séries/anos iniciais do Ensino Fundamental, envolvidas na pesquisa, serem do sexo feminino, a análise dos dados será realizada com a utilização de termos no gênero feminino.

A professora C, cita que a escola deve estar preocupada com a formação de cidadãos que “[...] exerçam seus deveres para uma sociedade mais democrática, justa e solidária.” Desconsidera a necessidade de participação e envolvimento social para a superação de desigualdades, ao mesmo tempo em que torna irrelevante a conquista de direitos. Sua opinião aproxima-se da professora B.

Distintamente, as professoras A e D apontam indicativos de superação do mero ajustamento à sociedade vigente. A professora D cita que a escola deveria estar preocupada em: “[...] formar cidadãos capazes de atuar na sociedade em que estão inseridos, sabedores de seus direitos e deveres, e que se apropriem dos conteúdos dados de forma crítica e construtiva.”

Quando questionadas sobre a função da escola atualmente, obteve-se a Tabela 2:

Tabela 2 – O papel da escola na sociedade

Alternativas	Professoras	Porcentagem
Formar cidadãos conscientes, desempenhando seu papel na sociedade	A	25%
Preparar o aluno para atuar de forma responsável no meio	B	25%
Inserir o aluno na sociedade de forma autônoma	C	25%
Formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, porém, não atende este objetivo	D	25%

Fonte: Pesquisa realizada em 2011/1.

As professoras continuam revelando posições adaptativas, como se coubesse à escola simplesmente ajustar os indivíduos à realidade que está posta, uma vez que não citam especificamente os objetivos reais a que a escola está servindo, mantendo-se em nível teórico. Ou então, não conseguem perceber a real função que uma escola exerce na sociedade, conforme posto por Saviani (1997).

A professora D faz um depoimento importante ao considerar que a escola deveria ser um lugar importante de formação dos alunos, em que se inseririam nas questões sociais de seu entorno de convívio. Porém, destaca que muitas escolas: “[...] estão sendo apenas repassadoras de conteúdos, abraçando questões familiares, saindo de seus objetivos (ex. alunos que não sabem ler e escrever e são passados de ano).”

Com relação ao entendimento das professoras sobre a função social da escola, vê-se que apesar de algumas considerarem a cidadania neste processo,

falta a definição de objetivos que realmente tornem claro a existência desta instituição e seu compromisso com a sociedade.

A apropriação de conhecimentos não é citada de forma explícita pelas professoras e, segundo Saviani (1997), a escola não pode esquecer-se de seu compromisso com a socialização dos conhecimentos acumulados historicamente. Este compromisso precisa estar coerente com a pedagogia histórico-crítica, “[...] cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não a sua manutenção, a sua perpetuação.” (SAVIANI, 1997, p. 108).

Além do mais, as professoras não citaram importantes funções da escola que atualmente não podem ser esquecidas, como a formação tecnológica dos alunos, o entendimento da pluralidade cultural, a utilização de diferentes meios sociais e a superação das relações de subordinação e exclusão sociais. Tudo isso deve ser garantido pela escola e é de extrema relevância que os docentes assumam esses compromissos.

Conforme Saviani (1997, p. 17): “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” Portanto, pela consciência da importante tarefa da escola pode-se mudar as formas com que os conteúdos são socializados, influenciando, assim, na constituição de diferentes sujeitos.

Ao serem questionadas sobre o tema cidadania, as respostas não revelaram segurança no posicionamento das professoras. Ao responderem o questionamento de como se sentem enquanto cidadãs brasileiras, algumas das respostas revelaram a indignação presentes em muitas pessoas, conforme a Tabela 3:

Tabela 3 – Posicionamento enquanto cidadãs brasileiras

Alternativas	Professoras	Porcentagem
Prejudicada, direitos não cumpridos	A - B	50%
Não sabe	C	25%
Atualizando-se para acompanhar a sociedade	D	25%

Fonte: Pesquisa realizada em 2011/1.

As professoras A e B manifestaram sentimentos de injustiça perante a sociedade ao exporem que muitos direitos lhes são negados, prevalecendo sempre

o poder dos dominantes sobre os dominados. A professora B explicou que ela se sente “[...] enquanto cidadã, lesada, pois, apesar de termos uma lei maior que garante nossos direitos, eles não são respeitados, prevalecendo sempre o poder do mais forte.”

A professora D provavelmente não entendeu o questionamento respondendo o que faz para se tornar cidadã, em seu caso atualizando-se continuamente, acabando por não explicitar como se sente nesta condição. A professora C, por sua vez, não se manifestou, provavelmente incapaz de se auto-avaliar nesta situação.

Após este questionamento, ao se exporem enquanto cidadãs brasileiras, as professoras foram interrogadas sobre o modo com que deve agir um cidadão na sociedade em que vive, conforme se vê na Tabela 4:

Tabela 4 – Como deve agir um cidadão na sociedade

Alternativas	Professoras	Porcentagem
Competente e disciplinarmente, respeitando a todos	A	25%
Criticamente, lutando por seus direitos	B	25%
Não sabe	C	25%
Agir de acordo com direitos e deveres	D	25%

Fonte: Pesquisa realizada em 2011/1.

A opinião das professoras A e D assemelharam-se, pois, ambas propuseram as ações de um cidadão pautadas juridicamente, e não enquanto atos cotidianos. Elas citaram a disciplina (regras) além de direitos e deveres. A professora C novamente não soube se posicionar, revelando que evita espaços em que pode se manifestar e dar voz aos seus ideais, preferindo aceitar a realidade como está posta, sem se aprofundar nela e questioná-la.

A professora B, por sua vez, foi capaz de se expressar levando em conta atitudes básicas de um cidadão consciente de seu papel na sociedade, que devem ser segundo ela: “Agir, lutar, opinar, decidir, fazer valer seus direitos [...]”. Revelou desse modo, que visa à emancipação das classes subjugadas historicamente ao propor ao cidadão atual um papel ativo, que contribua para a superação das relações de poder excludentes por meio da manifestação dos cidadãos na conquista de seus direitos.

As professoras ainda foram interrogadas sobre o que consideram ser um cidadão, revelando as suas concepções sobre o assunto. Suas respostas podem ser

visualizadas na Tabela 5:

Tabela 5 – O ser cidadão

Alternativas	Professoras	Porcentagem
Aquele que cumpre direitos e deveres	A	25%
Tem consciência social, cumprindo deveres e gozando de direitos	B - D	50%
Não sabe	C	25%

Fonte: Pesquisa realizada em 2011/1.

A professora A mostrou uma visão restrita do conceito de cidadania ao sugerir a adaptação do sujeito na sociedade, pois, considera que cidadão é aquele que cumpre direitos e deveres. Ao contrário, as professoras B e D revelaram um posicionamento que visa à emancipação do sujeito e a formação cidadã do aluno. A professora B destaca que cidadão é aquele “[...] conhecedor de seus direitos e deveres na sociedade, que aplica os mesmos participando das decisões políticas e sociais para o melhor de seu país, sua cidade...”. A professora C novamente não se posicionou.

O posicionamento demonstrado pela maioria das professoras evidenciou o conceito de cidadania presente na realidade educacional, que, de acordo com Bordignon e Gracindo (2001) segue uma postura passiva do cidadão, não o pautando na busca, lutas e manifestações pela conquista de direitos.

A necessidade urgente de pensar em um cidadão ativo na sociedade em que vive foi destacada apenas por uma das professoras, que reconhece que a cidadania e o cidadão formam-se na medida em que, unidos, fazem valer a conquista de seus direitos. Conforme destaca Covre (1998), a cidadania é construída pela reivindicação dos direitos, que na verdade já pertencem a classe trabalhadora e que apenas não são respeitados. Tal situação é destacada por Covre (1998, p. 73):

[...] reitero o pressuposto básico para a existência da cidadania: o de que os sujeitos ajam e lutem por seus direitos. Assim, é preciso que essa prática ocorra sempre na fábrica, no sindicato, no partido, no bairro, na escola, na empresa, na família, na favela, na rua etc. É preciso trazer as coisas até o visível político (ter presente sempre a negociação), para que o cotidiano se transforme historicamente. [...] Trata-se de construir a justiça, pois a própria Constituição é um processo, e não uma Carta estagnada.

As professoras ainda foram questionadas sobre a relação entre educação

e cidadania, avaliando sua prática na escola e sua própria ação pedagógica. Quando questionadas sobre a ação escolar no geral, as respostas obtidas foram as seguintes, conforme a Tabela 6:

Tabela 6 – Escola e cidadania: abordagem com os alunos

Alternativas	Professoras	Porcentagem
Nas discussões sobre regras de convivência	A - D	50%
Em momentos variados	B - C	50%

Fonte: Pesquisa realizada em 2011/1.

As professoras A e D revelaram que as discussões sobre cidadania no ambiente escolar são realizadas apenas no que se refere a regras de convivência, relacionando-se com direitos e deveres. As professoras B e C, por sua vez, acreditam que as discussões sobre o tema são realizadas em momentos diversos.

A professora C destaca que a escola e a ação cidadã relacionam-se ao pensar em uma formação que vise: “[...] proporcionar condições de pensar, avaliar suas condições de existência e de interferir nos processos coletivos para conquistar uma melhor qualidade de vida, a partir dos processos de construção, participação e organização social.”

Ao serem questionadas sobre a relação entre cidadania e sua própria prática escolar em sala de aula, no trabalho direto com os alunos, as respostas obtidas foram as seguintes, podendo ser visualizadas na Tabela 7:

Tabela 7 – O trabalho pedagógico e a abordagem da cidadania em sala de aula

Alternativas	Professoras	Porcentagem
Sempre que necessário	A - B	50%
Em momentos variados	C - D	50%

Fonte: Pesquisa realizada em 2011/1.

As professoras A e B destacaram que as práticas cidadãs em sala de aula são necessárias principalmente na criação de regras de convivência. As professoras C e D revelaram que a discussão sobre cidadania é importante em momentos variados. Um exemplo é citado pela professora C: “Garantindo a liberdade de credo religioso, fazer o que não prejudique o próximo, a liberdade de expressão, a livre comunicação de ideias e opiniões e cada indivíduo com suas características particulares, sendo tratado igualmente.”

Ainda foram interrogadas se consideravam que a escola tem atingido seus objetivos de formação sobre o tema cidadania com os educandos. As respostas obtidas podem ser visualizadas na Tabela 8:

Tabela 8 – A escola e o preparo do educando para o exercício da cidadania

Alternativas	Professoras	Porcentagem
Preparando os alunos para o mercado de trabalho	A - D	50%
O assunto precisa ser atribuído de maior importância	B	25%
Enquanto educadora, trabalha para isso	C	25%

Fonte: Pesquisa realizada em 2011/1.

As respostas obtidas revelam o posicionamento das professoras quanto ao tema cidadania. As professoras A e D consideram que cidadania seja apenas formar para o mercado de trabalho, ajustadamente. Com esta concepção, entendem que vem desempenhando exemplarmente esta função. A professora B admite que não leva muitas vezes o debate sobre cidadania para a escola e a sala de aula, considerando que, pela importância atribuída ao tema, deveria ser mais discutido na formação dos educandos. A professora C, por sua vez, não é capaz de avaliar a ação escolar como um todo, ficando apenas na análise individual de sua prática, e considerando que vem trabalhando para isso.

Analisando-se o posicionamento das professoras quanto ao tema cidadania, fica evidente que, apesar de algumas respostas indicarem a formação cidadã de seus alunos, a predominância ainda se mantém na educação para o exercício da cidadania. Conforme Arroyo (2010), a escola representada nas respostas das professoras revelou uma postura idealizada de cidadão, que desconsidera os conflitos e relações de poder existentes em seu entorno social e forma para o ajustamento social.

Um dos traços é a ênfase na igualdade moral de todos, igualdade mais de deveres do que de direitos. O indivíduo é visto como parte de um todo moral no qual deve ser inserido. A cidadania é vista como aceitação da obrigação moral para o convívio harmônico com seus semelhantes. Educar para a cidadania se reduz a cultivar o senso do valor moral em cada indivíduo, na criança e nos jovens sobretudo. Na realidade, essa concepção de cidadania é a sua negação. (ARROYO, 2010, p. 64).

Ainda pode-se perceber na análise das respostas das professoras investigadas que a ênfase no trabalho com cidadania é dada ao cidadão civil, sendo

aquele que cumpre seus direitos e deveres, conforme Bordignon e Gracindo (2001). Essa relação é vista, na maioria das vezes, na escola e em sala de aula na criação de regras de convivência, que domesticam as relações e os conflitos que poderiam vir a existir no convívio entre os alunos.

A análise também revela que a cidadania não é vista no ambiente escolar como algo em construção, que se produz em todos os ambientes do entorno social. Ao afirmar que a educação do cidadão encerra-se com a garantia de um emprego, a cidadania é vista como ajustamento a ordem social vigente. Porém, toda a sociedade precisa comprometer-se com a formação cidadã. A construção cidadã é um processo, que deve ocorrer no interior da prática social, conforme Arroyo (2010).

As professoras ainda foram interrogadas sobre o conhecimento do PPP e a sua relação com a cidadania. Todas as professoras dizem conhecer o PPP e todas afirmaram que o mesmo aborda a cidadania em seu desenvolvimento. Entretanto, a professora B, ao responder as duas questões acima, havia colocado, em um primeiro momento, a resposta “Não”. Provavelmente, ao comparar seu questionário de pesquisa com o de outra professora, a resposta negativa foi modificada para “Sim”, revelando, possivelmente, que a professora não havia tido contato com o PPP e seu conteúdo até o momento.

Quando questionadas sobre a importância de o PPP abordar a cidadania, as respostas obtidas foram as seguintes, conforme visualização na Tabela 9:

Tabela 9 – O PPP e sua relação com a cidadania

Alternativas	Professoras	Porcentagem
É importante, pois, assim o aluno aprende valores de cidadania para a sociedade que ele vive	A - B - D	75%
É importante, pois, o PPP nunca está concluído e a cidadania é um tema importante para a escola	C	25%

Fonte: Pesquisa realizada em 2011/1.

As professoras A, B e D revelaram uma posição adaptativa quanto a abordagem do termo cidadania no PPP. A professora B destaca que é importante o PPP abordar a cidadania, pois: “[...] não dá para tratar da educação de seres humanos sem desenvolver neles as condições básicas para viver e atuar na sociedade.” Ou seja, o PPP é visto apenas como um meio para delimitar as atitudes que se espera de um cidadão, para que se insira perfeitamente na sociedade. E que atitudes básicas seriam estas? Com certeza não são o questionamento, a

compreensão ampla das relações sociais e relações de poder, a criticidade e a atuação plena nas decisões políticas de seu país.

A professora C, por sua vez, considera uma relação mais ampla entre PPP e cidadania, pois, propõe que ele não define apenas atitudes esperadas de um cidadão passivo que devam ser desenvolvidas na escola. Ela propõe que, sendo a cidadania tão importante, ela não pode ser esquecida pela escola.

As respostas obtidas pelas professoras colocam em dúvida a construção do PPP, se de fato ocorreu de forma a privilegiar a participação de toda a comunidade escolar. Uma das professoras demonstrou não conhecer o PPP, revelando, assim, que se torna difícil a construção de objetivos e metas comuns a serem alcançadas por todo o grupo de docentes da escola.

A falta de conhecimento e análise coletiva do PPP pelas professoras pode revelar a origem das contradições presentes nas respostas das docentes, uma vez que esse documento deveria estar sendo utilizado para definição de finalidades comuns da escola, conforme ressalta Libâneo (2001). Porém, provavelmente, ele foi construído para mero cumprimento de formalidades.

Finalmente, as professoras foram instigadas a apontarem sugestões para efetivarem uma formação cidadã, e suas respostas foram organizadas na Tabela 10:

Tabela 10 – Sugestões para efetivar a formação cidadã

Alternativas	Professoras	Porcentagem
Não sabem	A - B - D	75%
Formação específica para as professoras, práticas mais democráticas, reflexões conjuntas, sendo que esta tarefa é muito complexa	C	25%

Fonte: Pesquisa realizada em 2011/1.

As professoras A, B e D não apontaram nenhuma sugestão para contribuir para a formação cidadã dos educandos. A professora C foi a única que se manifestou, destacando indicativos que permeiam a ação educativa cidadã. Ela fala que para a formação cidadã se faz necessário: “[...] formação sobre o assunto, comprometimento, consciência, vivendo a democracia desde o ambiente em sala de aula a todas as outras atividades que ocorrem no espaço escolar, mediante o diálogo e o esforço conjunto dos sujeitos escolares [...]”. A professora C contraria, então, as suas posições anteriores, em que afirmou não saber o que é cidadão.

Então, pelas respostas obtidas, percebe-se que a maioria das professoras

não consegue efetivar propostas de formação cidadã que visem o desenvolvimento democrático no ambiente escolar. Conforme Gadotti (2001), a escola, enquanto formadora de sujeitos para a sociedade deveria estar contribuindo para a formação cidadã dos alunos, dando, para isso, o primeiro exemplo. Porém, o que se revelou nas respostas foi um esvaziamento no discurso das professoras, que expressam em suas falas as mesmas contradições presentes no PPP da escola.

Nenhuma das professoras manteve-se em uma mesma linha de pensamento sobre o tema cidadania, contradizendo as suas falas em respostas variadas. Porém, é importante destacar que alguns indicativos de superação desta prática já foram levantados nas falas das professoras, impulsionando uma possível prática que contribua, efetivamente, para a formação cidadã dos educandos.

Considerar que a escola tem cumprido sua função de educar para a cidadania manifesta-se, assim, no ajustamento dos alunos a ordem posta vigente, fornecendo-lhes meios para conseguirem ingressar no ambiente de trabalho. As professoras ainda não foram capazes de compreender a formação cidadã enquanto processo necessário para a superação das desigualdades sociais que exploram as camadas trabalhadoras, subjugadas historicamente.

A formação cidadã supera a simples adoção de hábitos considerados padronizados e morais pelas camadas dominantes. A formação cidadã pressupõe posicionamento crítico das camadas populares, fazendo valer a sua força na luta por condições dignas de subsistência.

A responsabilidade por uma formação cidadã dos educandos não está apenas nas mãos dos educadores. Esta deveria ser uma preocupação de toda a sociedade. Dessa forma, não se deve perder de vista esta tarefa, que, afinal, é função social da escola.

7 CONCLUSÃO

Concluída esta etapa de análise dos dados da pesquisa, busca-se respostas e sentidos a tudo aquilo que norteou a pesquisa durante o semestre e, igualmente, norteou a vida acadêmica. Concluir a graduação e a pesquisa não significa guardar todo o material de pesquisa, a curiosidade que estimula o pensar e instiga o aprender. Esta é apenas a primeira etapa que se encerra.

Esta pesquisa se propôs a investigar se professores de séries iniciais do ensino fundamental de Nova Veneza consideram que a escola tem preparado o educando para o exercício da cidadania. Com o intuito de desvelar o problema, longe de estagnar uma solução, apontar-se-á para uma possível interpretação dos questionamentos, com base no referencial teórico e na pesquisa realizada, amparando-se no conhecimento produzido ao longo do processo. Serão retomadas as questões norteadoras ainda não exploradas diretamente e que são de fundamental importância para esta atividade de conclusão de curso.

Este trabalho de pesquisa pretendeu revelar, de um lado, a função social da escola e, de outro, a cidadania. Mas, que relação pode-se estabelecer entre estas duas temáticas? Uma das funções da escola é, inegavelmente, formar cidadãos, dada a condição atual da vida em cidades. Porém, a articulação entre educação e cidadania se dá no perfil de cidadão que é almejado na educação escolar. Uma escola pode formar cidadãos passivos e até mesmo alienados, ao passo que outra poderá contribuir para a formação cidadã de seus educandos, tornando-os cidadãos críticos, capazes de atuar e intervir na realidade, de modo a melhorá-la em prol das camadas trabalhadoras. A diferença entre essas duas escolas reside na tendência de educação adotada que interfere, diretamente, na maneira com que serão transmitidos os saberes escolares. Não se afirma que a escola tem responsabilidades únicas sobre a formação de cidadãos críticos ou passivos, alienados ou atuantes. Mas, é incontestável a importância de sua atuação neste processo amparada por demais instâncias sociais. A função social assumida pela escola e a clareza da classe a qual seu trabalho se destina interfere, assim, no cidadão em formação.

No que se refere à escola pesquisada percebe-se que em sua maioria o discurso das professoras aponta para o preparo para o exercício da cidadania, e não para uma formação cidadã. O entendimento das professoras sobre cidadania gira

majoritariamente na presença de deveres e de direitos. Sua relação com o trabalho escolar acontece apenas na criação de regras de convivência e, algumas professoras até citam que o tema é pouco lembrado. Além disso, a formação de um cidadão chega a confundir-se com a inserção do aluno no mercado de trabalho. Porém, algumas falas já apontam para a superação deste conceito. As contradições das falas das professoras são as mesmas contradições existentes no PPP da instituição.

Desta forma, relacionam-se os termos utilizados pelas professoras com os termos empregados no PPP e na própria legislação apresentada. A utilização do termo educar para o exercício da cidadania já pressupõe hábitos de formação tradicionais e não atuantes, que trazem consigo conceitos burgueses do cidadão, ou seja, alguns poucos com propriedade que desfrutam dos benefícios de um cidadão pleno, enquanto a grande maioria, sem acesso, permanece com condições sub-humanas de sustento. Estes termos necessitam, então, de uma reflexão histórica que evidencie seus significados, para que a educação não corra o risco de assumir funções que aumentem a relação de poder do capitalista burguês sobre o trabalhador assalariado.

Apesar de a escola investigada ainda não possuir a consciência e aprofundamento teórico necessários para a efetiva consolidação de uma proposta de formação cidadã, não se pode pensar que esta é uma tarefa inalcançável. Esta escola precisa, em um primeiro momento, organizar os trabalhos de estudos sobre o PPP, que norteia a educação da instituição. Todos os membros da comunidade escolar precisam assumir metas e objetivos comuns para que o trabalho ocorra com qualidade.

A gestão da escola detém, dessa maneira, importante papel no processo ao dever assumir função articuladora, mediadora, organizativa e impulsiva nas delimitações de tarefas perante o grupo, além de promover espaços de reflexão teórica sobre a função da escola e o papel dos professores neste processo. A teoria deverá guiar a prática.

Além disso, é preciso selecionar criticamente os materiais disponibilizados para o estudo continuado dos professores, para que não se corra o risco de adotarem-se práticas incoerentes com o PPP e a própria legislação. Um bom exemplo dessa realidade foi apresentado na revista Nova Escola, na sua edição de março de 2011. Em sua capa os dizeres “15 mitos da educação” anunciando o artigo

“Ideias que jogam contra o ensino”. Um dos mitos colocado pela revista é: a função mais importante da escola é formar cidadãos.

Como uma revista, que não tem caráter científico, pode contrariar documentos oficiais que norteiam a educação nacional, documentos esses que afirmam ser função da escola formar o cidadão? A revista ainda chega a afirmar que a formação do cidadão “[...] não pode tomar mais tempo e energia dos professores do que atividades básicas, como a alfabetização e o ensino dos conteúdos de cada uma das disciplinas.” (IDEIAS, 2011, p. 38).

Porém, no que adianta dominar todos os conteúdos, dominar a escrita e leitura se estas atividades não forem utilizadas no desenvolvimento do cidadão? Esta deve ser então, uma escola que estará formando cidadãos passivos, alienados e conformados com a realidade social, pois, a transmissão dos conteúdos não visa a transformação social, mas, visa apenas a assimilação/memorização, ou seja, a reprodução dos conhecimentos.

Então, pode-se perceber que, pelo conceito de cidadão trazido pelas professoras, elas consideram que a escola esteja preparando seus educandos para o exercício da cidadania. Porém, este cidadão é mero trabalhador, satisfeito e conformado com a sociedade, despolitizado e alienado. Não questiona a realidade a sua volta e deixa o poder a encargo dos políticos. Analisando-se com base no referencial teórico, sabe-se que a escola precisa romper com o mero exercício da cidadania para alcançar a formação cidadã dos educandos, propondo espaços de formação cidadã, tais como grêmios estudantis, mobilizações coletivas, participação acadêmica, etc.

A conclusão deste trabalho possibilitou a acadêmica o desenvolvimento do espírito de pesquisa e, neste caso específico, a conscientização e reflexão sobre as atuais condições de ensino e sobre como a escola tem atuado na formação dos cidadãos brasileiros. A própria pesquisadora reconsiderou alguns pressupostos e determinadas posturas ao refletir sobre o que é, efetivamente, um cidadão, que fuja do conceito burguês. As leituras e considerações sobre o tema instigaram a criticidade, a autonomia e a postura atuante da acadêmica na sociedade em que ela passa não apenas a viver, mas influenciar e ser influenciada, transformar e ser constituída pelo processo histórico.

O desenvolvimento deste trabalho, então, pode contribuir tanto para o aperfeiçoamento da pesquisadora, enquanto cidadã, quanto para a escola

investigada. O trabalho aponta sugestões para a superação da realidade exposta, contribuindo para a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, afirmando-se o compromisso com a classe trabalhadora.

Mas, é importante ir além, não encerrando a pesquisa neste momento. Seria interessante em um trabalho futuro avaliar a postura dos gestores para a garantia de uma escola que cumpra com sua função social, ressaltando a função desse profissional enquanto articulador geral das atividades desenvolvidas pela escola.

Dessa forma, o confronto entre teoria e prática possibilita uma reflexão crítica sobre a situação atual da educação municipal, colocando nas mãos da acadêmica ainda em formação parte da responsabilidade e compromisso social em democratizar as relações de poder existentes. Enfim, o Trabalho de Conclusão de Curso encerra apenas a primeira etapa no processo de formação docente. Mas, para uma formação contínua e de qualidade é necessário ir além, sabendo-se que, sendo seres humanos, somos todos seres inacabados.

REFERÊNCIAS

ACAFE. **Metodologia da pesquisa**. Unidade 3: métodos e técnicas em pesquisa, 2007.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão?. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 35-98.

AZEVEDO, Jose Clovis de. Emancipação e mercantilização. **Pátio: revista pedagógica**, Porto Alegre, v. 9, n. 36, p. 16-19, jan./2006.

BOLÍVAR, Antonio. A educação para a cidadania na agenda das reformas. **Pátio: revista pedagógica**, Porto Alegre, v. 9, n. 36, p. 12-15, jan./2006.

BORDIGNON, Genuino; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Orgs.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 147-176.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado federal, 1988.

_____, Lei Nº 9.394, de 2º de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes da educação nacional**. Brasília: 1996.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.

COSTA, Gisele Maria Tonin da. Projeto político-pedagógico: uma perspectiva de identidade no exercício da autonomia e a construção da cidadania. **Rei: Revista de Educação do Ideau**, Getúlio Vargas, RS, v. 1, n. 1, p. 33-44, ago./2006.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

GADOTTI, Moacir. Decálogo da escola cidadã. In: _____. **Escola cidadã**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 54-60.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: fundamentos para a sua realização. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 4. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2001. p. 33-42.

GIL, Antonio Carlos. Questionário. In: _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 128-138.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 67-80.

GRZYBOWSKI, Cândido. Estatal x privado: construir uma cidadania ativa. **Mundo jovem: um jornal de ideias**, Porto Alegre, ano 48, n. 408, p. 14, jul./2010.

IDEIAS que jogam contra o ensino. **Nova escola**, São Paulo, ano XXVI, n. 240, p. 36-43, mensal, mar. 2011.

JARES, Xesús R. A cidadania no currículo. **Pátio: revista pedagógica**, Porto Alegre, v. 9, n. 36, p. 8-11, jan./2006.

KRAMER, Sonia. O que é básico na escola básica?: contribuições para o debate sobre o papel da escola na vida social e na cultura. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel F. Pereira (Orgs.). **Infância e produção cultural**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2003. p. 11-24.

LIBÂNIO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: _____. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 1999. p. 19-44.

_____. O planejamento escolar e o projeto pedagógico-curricular. In: _____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 121-170.

MELLO, Guiomar Namó de. Transformação produtiva com equidade e solidariedade. In: _____. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 29-43.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

NOVA VENEZA, **Lei orgânica do município de Nova Veneza**. Nova Veneza, 1990.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questões colocadas pelos movimentos sociais. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 28, n. 2, jul./2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=si517-97022002000200009&lng=en&nrm=iso>

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 6. ed. São Paulo: Autores associados, 1997.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA VENEZA. **Projeto Político-pedagógico da secretaria municipal de educação de Nova Veneza**. Nova Veneza, 2006.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Questionário de pesquisa



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Este questionário servirá de subsídio para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Articulações entre a função social da escola e a constituição da cidadania”, que pretende analisar se professores das séries iniciais do Ensino Fundamental do município de Nova Veneza consideram que a escola tem preparado o educado para o exercício da cidadania.

A sua colaboração é de extrema importância para a realização desta pesquisa, a qual colaborará para minha constituição docente, aperfeiçoando uma prática futura.

1- Sexo:

() Feminino () Masculino

2- Formação:

() Magistério

() Superior incompleto

() Superior completo

() Pós-graduação _____

() Mestrado _____

() Outro _____

3- Tempo de atuação no magistério: _____

4- Tempo de atuação nesta unidade escolar: _____

5- Nos últimos dois anos você realizou, em média, quantos cursos de formação continuada:

() nenhum;

() um ao ano;

() dois a três ao ano;

() quatro ou mais ao ano.

6- No seu entendimento, com que a escola deveria estar preocupada?

Apêndice 2 – Termo de consentimento informado



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Sob o título “Articulações entre a função social da escola e a constituição da cidadania” será elaborado o Trabalho de Conclusão de Curso por meio de questionário a professores de uma escola da rede municipal de ensino de Nova Veneza, para analisar se estes sujeitos consideram que a escola tem preparado o educado para o exercício da cidadania.

Os dados e resultados individuais da pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma expressão oral ou do trabalho escrito que venha a ser publicado, a não ser que o/a autor/a do questionário manifeste expressamente seu desejo de ser identificado/a. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada.

A pesquisadora responsável pela pesquisa é a acadêmica Aline Uggioni Fenali. Os envolvidos se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o/a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através do telefone (048) 34760391.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____, Identidade n.º

_____ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha participação e respostas para a pesquisa realizada no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), desenvolvida pela acadêmica Aline Uggioni Fenali, para que sejam usados integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso das referências em outras pesquisas e publicações ficando vinculado o controle das informações a cargo desta acadêmica da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

() Solicito que seja resguardada minha identificação.

() Desejo que a autoria de meus depoimentos seja referida.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevo a presente declaração,

Nova Veneza, de 2011.

 Participante da pesquisa

 Pesquisadora

Aline Uggioni Fenali
 Acadêmica da 8ª fase do curso de Pedagogia - UNESC
 Fones: (48)34760391 ou (48) 99496225
 Email: aline_fenali@hotmail.com

